

ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA
Autônomos e Transportadores

Local: Edifício Sede do Ministério dos Transportes, Esplanada dos Ministérios, Bloco R - Brasília - DF, 6º andar - Sala Interativa do Gabinete do Ministro.

Data/Hora: 22/03/2019

Hora: 09h

Coordenação: Marcelo Sampaio

Próxima reunião: 30 de maio de 2019

ABERTURA

O Secretário-Executivo do Ministério da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, na qualidade de Coordenador do Fórum TRC, agradeceu a presença de todos iniciando a reunião com a apresentação de propostas para o funcionamento do Fórum, para a nova gestão, e os principais pontos previstos a serem abordados durante o ano de 2019, dentre eles as demandas das entidades participantes do Fórum.

O Coordenador do Fórum TRC destacou o diálogo do Governo com o Setor, desde a fase de transição do novo Governo, cujas propostas apresentadas subsidiaram o Programa Caminhoneiros, para o qual é imprescindível o apoio da categoria para o seu alinhamento.

O Programa Caminhoneiros cujo objetivo principal é melhorar a condição de vida e trabalho dos caminhoneiros e de suas famílias; proporcionando: melhores condições de remuneração; fortalecimento e aproximação da relação do governo com o setor; aprimoramento da regulação e redução dos intermediários no processo de contratação de carga.

O programa terá a sua atuação centrada em seis eixos: i) Comunicação; ii) Regulação; iii) Desburocratização; iv) Social; v) Cooperativismo; vi) Fomento; nos quais serão aglutinadas as demandas recebidas no Fórum.

O Coordenador ressaltou que o Fórum Permanente para o Transporte Rodoviário de Cargas procurará manter o diálogo constante entre o Governo Federal, os representantes dos transportadores autônomos, das empresas de transportes e dos embarcadores. Lembrou, o

Coordenador do Fórum, que durante (as reuniões ordinárias) serão apresentadas as demandas do setor, as quais serão discutidas em câmaras temáticas com o encaminhamento de proposições para o seu equacionamento.

As reuniões do Fórum serão bimestrais e a próxima está prevista para o dia 30 de maio de 2019.

Foi apontado pelo Senhor Coordenador as principais demandas recebidas da categoria, em resposta ao formulário enviado pela Secretaria do Fórum, quando do convite para a sua realização, por intermédio do e-mail institucional, na oportunidade relacionou alguns, dentre eles: piso mínimo de frete; pontos de parada e descanso; transporte de produtos perigosos; fiscalização, entre outras.

Comentou, de maneira sucinta, os seis eixos de atuação do Programa Caminhoneiros, destacando, em todos os eixos, alguns pontos conforme apresentado abaixo:

a) Eixo de Comunicação: Criar ferramentas de diálogo e de participação social com os integrantes do setor de transporte rodoviário de cargas e divulgar as ações do governo. Informou que será lançado hoje (22/03) às 19h00, o MINUTO DO CAMINHONEIRO, na Voz do Brasil. Divulgou os números do Whatsapp da Ouvidoria 61-99965-2358 e o da ANTT (166), canais a serem utilizados para recebimento de denúncias ou demandas do Setor. As demandas serão monitoradas pelas Ouvidorias vinculadas. Neste eixo, funcionará também a operação Radar (Plano Safra 2019), que proporcionará ao Ministério o acompanhamento tempestivo e efetivo nas BRs envolvidas no escoamento da safra, além de permitir a real vivência com as dificuldades enfrentadas no dia-a-dia.

b) Eixo de Regulação: Aperfeiçoar a regulamentação de trânsito e de transportes, buscando sua modernização e correção de eventuais distorções de mercado; evolução dos trabalhos da tabela de pisos mínimos;

c) Eixo de Desburocratização: implementação de Documento Eletrônico de Transporte (DT-e); automatização de agendamento e controle; aplicativos de contratação de frete; redução do tempo de parada; transformação digital dos serviços de trânsito - Denatran Digital;

d) Eixo Social: Desenvolver ações para melhorar a atenção à saúde do motorista profissional, bem como promover programas de capacitação para o aprimoramento do desempenho de suas funções. O Coordenador mencionou que o Ministério da Infraestrutura está desenvolvendo parceria com o Ministério da Saúde e o SEST/SENAT, cujo objetivo é promover saúde odontológica, psicológica, nutricional e fisioterapias. Visa também: transportar saúde nas cidades, nos portos; a capacitação dos caminhoneiros; a promoção de eventos de esporte, cultura, lazer, atividades sociais e recreativas, oficinas de artes;

e) Eixo Cooperativismo: Apoiar a organização dos condutores em cooperativas, visando maximizar ganhos e fortalecer o Setor. O Ministério está articulando com o Ministério da Cidadania o desenvolvimento de ações de incentivo ao cooperativismo. Esse eixo também tem como característica fomentar, por meio das cooperativas de transportes, a aproximação dos embarcadores e os transportadores Autônomos;

f) Eixo Fomento: Fomentar a expansão e o aprimoramento das condições dos Pontos de Parada e Descanso dos Caminhoneiros (PPD) e a manutenção regular dos veículos de carga.

O Secretário Nacional de Transportes Terrestres, General Jamil Megid, informou que o Ministério está trabalhando para a melhoria das rodovias, especialmente com a revisão das concessões. Comunicou que, a partir de 25 de março, por ocasião da reunião do CONTRAN, será criada câmara específica para o Transporte Rodoviário de Cargas, por meio da qual as demandas serão recebidas e analisadas, sendo os respectivos resultados apresentados nas reuniões ordinárias do Fórum TRC.

A Deputada Federal Alê Silva (PSL MG) apresentou reivindicações, por ela recebida, da categoria de Transportadores Autônomos, mais precisamente da região de Minas Gerais,

O Subchefe de Articulações e Monitoramento da Casa Civil, João Vicente Santini, informou que o Presidente da República está atento as demandas das categorias e acompanhará de perto o trabalho do Fórum TRC.

O Coordenador franqueou a palavra aos representantes presentes:

O representante da CNT elogiou a proposta de criar grupos temáticos em busca da resolução dos problemas que as entidades enviaram ao Fórum.

O representante da CNTA mencionou as conquistas legislativas alcançadas pela categoria e que precisam ser aplicadas, entre elas: vale pedágio, estadias, piso mínimo de frete, tempo de direção, seguranças nas estradas.

O representante da NTC&Logística destacou a importância de se ter alguém do setor participando efetivamente, desde a elaboração do edital, nos processos de concessões de rodovias.

O representante do SINDITAC – SJC informou que os Sindicatos estão trabalhando para que a comunicação entre a classe seja mais eficiente, de forma que os caminhoneiros se sintam representados, ressaltou a importância do Minuto do Caminhoneiro na voz do Brasil para atingir os caminhoneiros.

O representante do SETCESP destacou a questão do roubo de cargas e que a entidade defende a cassação do CNPJ das empresas que comercializam cargas roubadas, visando combater esse tipo de sinistro. Mencionou também a burocracia que cada Estado criou para o transporte de produtos perigosos, propôs a implementação de uma única licença por classe de risco. Solicitou a revisão da política de multas. Sugeriu que a ANTT leve em consideração áreas de descansos nos processos de concessões.

O SINDITAC – Formosa sugeriu o aproveitamento dos postos de combustíveis abandonados nas rodovias para a implantação de pontos de parada e descanso. Solicitou o cumprimento da Lei nº 11.442, assim coibiria as empresas que não têm como atividade principal o transporte rodoviário de cargas de obterem o RNTRC para transportar como atividade secundária. Solicitou também a criação de uma vara de transporte dentro da justiça trabalhista, o que permitiria mais agilidade na análise dos processos trabalhistas do Setor.

O representante da SEGTRUCK sugeriu trocar o nome dos pontos de parada e descanso para pontos de segurança.

O representante do SINDITANQUE e do SINDICARGA solicitaram especial atenção ao transporte de combustíveis, que o processo seja desburocratizado. O SINDICARGA solicitou a revisão pelo IBAMA da penalidade aplicada ao transportador que possui apenas uma carreta, disse que essa punibilidade não pode ser igual a aplicada em grandes distribuidoras. Sobre o piso mínimo, mencionou que a penalidade ao transportador de combustível aumentou em 20%, precisando ser revista.

O representante da ACASULF solicitou mais atenção com relação a segurança dos caminhoneiros do Rio de Janeiro. Apresentou a informação que a balança rodoviária cobra dos autônomos o peso do caminhão entre eixo, mas o embarcador não é obrigado a pesar entre eixo, ele pesa sobre o peso bruto, logo, o autônomo precisa arcar com o peso adicional, solicitou a revisão dessa situação. Mencionou o art. 219 do Código de Trânsito Brasileiro que estabelece multa de R\$ 127,69 (cento e vinte e sete reais e sessenta e nove centavos) para a evasão da balança e que após a resolução da ANTT passou para R\$ 5.000 (cinco mil reais), solicitou a revisão dessa resolução.

O representante da ABTI ressaltou a importância da parceria com SEST/SENAT para as empresas e para o trabalhador. Solicitou revisão das aplicações das penalidades pela ANTT, falou que algumas multas demoram anos para chegar ao infrator, sendo que essa informação deveria ser em tempo real.

O representante do SINDITAC Ijuí esclareceu que a sensação de insegurança sentida pelos autônomos que estão no interior do país se dá pela falta de resposta imediata e pelo não cumprimento da legislação referiu-se ao piso mínimo e ao vale pedágio.

O representante do SINDITAC SJPinhais solicitou ao representante do Ministério da cidadania a realização de um trabalho efetivo acerca das cooperativas.

O SINACEG destacou o tema sobre o preço do óleo diesel, a forma de reajuste semanal, a falta de previsibilidade, traz grande dificuldade para categoria, pois, por mais que a tabela piso mínimo seja eficiente, jamais conseguirá refletir os reajustes, de um dos principais insumos, em períodos tão curtos de tempo.

O representante do SINDICAN GO alertou que a fiscalização referente ao piso mínimo precisa ser enérgica, pois os caminhoneiros não estão aceitando a falta de fiscalização.

O representante da ATAPES informou que no Estado do Espírito Santo ficou constatado que as balanças estão pesando de forma indevida, chega a uma diferença de até 2.000 kg de diferença.

As entidades elogiaram a nova proposta de trabalho apresentada pelo Coordenador do Fórum TRC.

O Presidente da NTC&Logística noticiou que foi realizado um evento em João Pessoa, com advogados e empresários, para angariar sugestões referente as multas aplicadas pela ANTT sobre a evasão de balança, informou que esse relatório foi entregue a Agência.

O representante da CNT reiterou que as distorções sobre os transportadores que transportam cargas próprias precisam serem corrigidas.

Apresentação da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – José da Silva Santos iniciou a apresentação informando que a Agência está trabalhando com a fiscalização do frete de piso mínimo desde o dia 7 de fevereiro de 2019, com autuações, esclareceu que antes desta data, a legislação permitia somente a notificação. Destacou que a ANTT implantou um sistema de fiscalização integrado com outros órgãos, DENATRAN, Receita, desburocratizando o processo, tornando mais célere, inclusive, o recebimento das multas. Comunicou que todos os pleitos endereçados a Agência serão analisados e respondidos. O representante da SUROC/ANTT informou que os estudos desenvolvidos pela ESALQ estão em fase de conclusão, a fase de consulta pública será iniciada em abril. Esse estudo está sendo desenvolvido com base no diálogo realizado com o Setor, ressaltou que a ESALQ está trabalhando com todas as propostas apresentadas. Mencionou que em agosto de 2018, durante a tomada de subsídio, a maioria das contribuições foram relacionadas a fiscalização. A ANTT já está trabalhando para que a fiscalização, com relação a tabela de pisos mínimos, seja fortalecida desde a emissão do CIOT.

O representante do SINDITANQUE solicitou o agendamento de reunião com a ANTT, informando que o setor de Carga a granel não tem condições de esperar até junho para a definição da tabela.

O representante do SINDITAC Ijuí propôs a ANTT, ao lançar a tabela de piso mínimo que o sistema de fiscalização seja eletrônico.

O Coordenador comunicou que o Ministério vem se debruçando em buscas de soluções para as demandas, reiterou que as legislações precisam ser cumpridas, sistemas eletrônicos estão sendo aprimorados em busca de viabilizar as soluções para as questões apresentadas. Informou que a meta é entregar, nos primeiros 100 dias de Governo, um Programa que resultará em resultados práticos e claros.

MARCELO SAMPAIO

Coordenador